

**POLÍTICA DE CERTIFICADOS DE
AUTENTICAÇÃO DA
ENTIDADE CERTIFICADORA DA JUSTIÇA**

VERSÃO 1.3

DATA: Março de 2014

Este documento é propriedade do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça (IGFEJ).

A reprodução deste documento é apenas autorizada aos titulares e destinatários dos certificados digitais emitidos pelo IGFEJ desde que efetuada na sua versão integral e acompanhada da menção da respetiva autoria.

Salvo o acima exposto, nenhuma parte desta publicação pode ser alterada, transmitida, reproduzida ou armazenada, sob qualquer forma ou qualquer meio, sem prévio consentimento escrito do IGFEJ.

Tipologia documental: Política

Título: Política de Certificados de Autenticação da Entidade Certificadora da Justiça

Língua original: Português

Língua de publicação: Português

Nível de acesso: Público

Data: 14-03-2014

Versão atual: 1.3

Autoria: Cláudia Carvalho.....**Data:** 14-03-2014

Revisão: Cláudia Carvalho.....**Data:** 14-03-2014

Aprovação: Grupo de Gestão da EC Justiça

Identificação da CA: EC da Justiça

Histórico de Versões

N.º de Versão	Data	Autor(es)
1.0	27/02/2009	Cláudia Carvalho
1.1	21/03/2011	Cláudia Carvalho
1.2	22/01/2013	Cláudia Carvalho

Objetivo

O objetivo deste documento é definir as políticas utilizadas na emissão do certificado de autenticação, pela EC Justiça.

O presente documento é um documento de Política de Certificados, ou PC, cujo objetivo se prende com a definição de um conjunto de políticas e dados para a emissão e validação de Certificados e para a garantia de fiabilidade desses mesmos certificados.

Os Certificados emitidos pela EC Justiça contêm uma referência à DPC e à PC de modo a permitir que Partes Confiantes e outras pessoas interessadas possam encontrar informação sobre o certificado e sobre as políticas seguidas pela entidade que o emitiu.

A Entidade Certificadora da Justiça (EC Justiça) encontra-se inserida no Sistema de Certificação Eletrónica do Estado.

Pelo exposto, a EC Justiça não dispõe de política própria e adota a Política de Certificados do SCEE para os certificados de autenticação.

Assim, a Política de Certificados de autenticação da EC Justiça é a descrita no documento relevante do SCEE (http://www.scee.gov.pt/NR/rdonlyres/A50AAF96-F464-4A42-8A62-A80AE5A18633/0/PCert_SCEE_VI.pdf).

Aprovação pelo Grupo de Gestão

--

--

--

--